

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019 -SRP
PROCESSO Nº PGJ/10/2595/2019
UASG - 453860

1. PREÂMBULO

1.1. O **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** torna público que realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, pelo sistema de **Registro de Preços**, do tipo menor preço, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17-7-2002, Resolução nº 014/2011-PGJ, de 12-8-2011, Resolução nº 20/2017-PGJ, de 25-8-2017, Lei Complementar Federal nº 123, de 14-12-2006, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21-6-1993 (e alterações), bem como pelos Decretos Estaduais nº 11.676, de 17-8-2004, e nº 12.683, de 30-12-2008, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado por meio da rede mundial de computadores (*Internet*), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases, em sessão pública no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

DIA: 24 de setembro de 2019.

HORÁRIO: 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 453860

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário;

2.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

3. DO OBJETO E DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O objeto desta licitação consiste na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, visando o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

3.2. Fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência (Anexo I), a Proposta Detalhe (Anexo II) e a Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III);

3.3. Em caso de discordância/inconsistência/divergências existentes entre as especificações do objeto descritas no portal www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as deste instrumento convocatório e seus anexos;

3.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio de Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste edital;

3.5. Os preços registrados por força deste processo terão validade por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS);

3.6. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Ministério Público Estadual não será obrigado a adquirir os materiais oriundos deste Registro de Preços, nem

as quantidades indicadas neste edital e seus anexos, podendo até realizar licitação específica para a aquisição dos itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência de fornecimento, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 7º da Resolução nº 14/2011/PGJ, de 12 de agosto de 2011.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica interessada, legalmente estabelecida, que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado, atenda às condições exigidas neste edital e seus anexos, e esteja devidamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível;

4.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, §5º e §6º, do Decreto Federal nº 5.450/2005);

4.1.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha (art. 3º, §5º, Decreto Federal nº 5.450/2005);

4.2. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

4.2.1. O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002 e artigo 21, § 2º, Decreto Federal nº 5.450/2005;

4.2.2. Que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no referido diploma legal;

4.2.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.2.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.7. Que a empresa cumpre reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

4.3. A declaração falsa poderá sujeitar a licitante às sanções previstas em lei e neste edital;

4.4. Não poderá participar desta licitação:

4.4.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.4.2. A empresa que, por qualquer motivo, esteja declarada inidônea perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas (desde que o ato punitivo tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito ou do Município, pelo Órgão que aplicou a sanção), ou que tenha sido punida com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

4.4.3. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.4.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.5. Empresa em regime de subcontratação;

4.4.6. Servidor, dirigente do órgão, ou responsável pela licitação;

4.4.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representado interesse econômico em comum;

4.4.9. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.4.10. Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõem as Resoluções nº 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 e alterações, todas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

4.5. A vedação prevista no subitem 4.4.10 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

4.6. A vedação constante no subitem 4.4.10 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

4.7. A contratação de pessoa jurídica pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Ministério Público Estadual quando, no caso concreto, for identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório;

4.8. Todos os documentos aqui exigidos devem estar em nome da empresa licitante e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso;

4.9. A licitante será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei;

4.10. A omissão da empresa quanto às informações especificadas nos itens anteriores poderá ensejar as sanções e penalidades legais aplicáveis;

4.11. O edital e seus respectivos anexos também poderão ser retirados por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, fone (67) 3318-2145.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante (art. 13, III, Decreto Federal nº 5.450/2005);

5.2. Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, IV, Decreto Federal nº 5.450/2005);

5.2.1. É de inteira responsabilidade da licitante a manutenção/atualização de seus equipamentos e *softwares*, bem como a manutenção de sua conexão com a rede mundial de computadores (*internet*);

5.2.2. Não haverá suspensão/interrupção/revogação do certame por problemas técnicos isolados à determinada região ou mesmo por problemas/dificuldades particulares da licitante;

5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;

5.4. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (art. 21, § 4º, Decreto Federal nº 5.450/2005);

5.5. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

5.6. O valor do preço unitário deverá estar:

5.6.1. Conforme a unidade indicada na Proposta Detalhe para o respectivo item;

5.6.2. Compatíveis com os preços praticados no mercado e, limitados aos preços máximos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I deste edital) e na Proposta Detalhe (Anexo II deste edital);

5.7. Os preços propostos deverão ser apresentados em algarismo e por extenso, expressos em moeda corrente nacional (R\$), em conformidade com a unidade indicada na Proposta Detalhe (Anexo II deste edital), para o respectivo item e com duas casas após a vírgula (centavos);

5.8. Os preços ofertados serão fixos, sem reajustamento durante a vigência do Registro de Preços, devendo ser computados todos os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da execução/entrega do objeto;

5.9. As licitantes deverão indicar na proposta, mediante preenchimento no sistema eletrônico:

5.9.1. A descrição detalhada, clara e completa do objeto, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência (Anexo I), da Proposta Detalhe (Anexo II) e da Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III);

5.9.2. A marca dos produtos, sendo vedada a apresentação de mais de uma marca para o mesmo item ofertado;

5.10. Para os itens onde conste marca de referência, a licitante que ofertar produto de marca distinta daquelas sugeridas [Termo de Referência (Anexo I) e Proposta Detalhe (Anexo II)], deverá apresentar, sob pena de desclassificação, juntamente com a proposta, por meio da opção enviar anexo do sistema Comprasnet, Laudo/Relatório de análise técnica expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), atestando a realização de ensaios comparativos do material que pretende fornecer com o do sugerido para o item como "marca de referência", de modo a comprovar o desempenho, a qualidade e a

produtividade equivalentes à marca de referência (em conformidade com Acórdãos TCU 2300/2007 - Plenário, TCU 113/2016 - Plenário e TCU 2379/2016 - Plenário);

5.10.1. O laudo/relatório de análise técnica não poderá ter data de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores a de início da sessão do pregão;

5.11. Os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

5.12. A validade dos materiais, quando da entrega, não poderá ser inferior ao período indicado no respectivo item;

5.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante;

5.14. Qualquer elemento que possa identificar a licitante poderá importar na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no edital;

5.15. Serão desclassificadas as propostas e/ou excluídos os lances:

5.15.1. Que não ofertarem a totalidade do quantitativo exigido para o respectivo item;

5.15.2. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos;

5.15.3. Que forem omissas;

5.15.4. Que apresentarem irregularidades insanáveis;

5.15.5. Que descumprirem preceitos normativos vigentes;

5.15.6. Que apresentarem seus preços ou estipularem qualquer condição baseados nas propostas de outras licitantes;

5.15.7. Que oferecerem preços (lance final) superiores ao valor orçado (preço máximo) ou inexequíveis, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos preços;

a) O preço máximo está disposto no Anexo II (Proposta Detalhe), na coluna valor orçado;

b) Caberá à licitante proponente, caso necessário, demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, no prazo de até cinco dias úteis contados da notificação;

5.16. A validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da sessão de abertura do pregão;

5.16.1. Caso não ocorra a homologação do certame no prazo de validade das propostas, as licitantes deverão encaminhar de forma expressa, para o endereço eletrônico pregaoeletronico@mpms.mp.br, manifestação quanto à renovação do prazo de validade de suas respectivas propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de vencimento imediatamente anterior;

5.16.2. O não encaminhamento da manifestação de renovação do prazo de validade da proposta, antes de sua data de vencimento, poderá resultar na decadência do direito de permanecer na disputa.

5.17. A sessão pública do pregão poderá ser suspensa quando, para a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o artigo 22, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/2005, for necessário prazo superior a um dia;

5.17.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e hora prevista para o início da oferta de lances.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

6.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até o dia 19/09/2019**, ou seja, **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, via internet, por meio do correio eletrônico, no endereço pregaoeletronico@mpms.mp.br, em formato preferencialmente copiável;

6.2. **Até o dia 20/09/2019**, ou seja, **2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (via e-mail) no endereço pregaoeletronico@mpms.mp.br, em formato preferencialmente copiável;

6.2.1. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6.3. As respostas das impugnações e solicitações de esclarecimentos serão divulgadas, juntamente com a transcrição dos referidos requerimentos, no sítio eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

7. DA RECEPÇÃO, DIVULGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A partir da data e horário previstos no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019**, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances;

7.1.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (*chat*);

7.2. O lançamento dos valores da proposta inicial no sistema Compras Governamentais é de responsabilidade da licitante. Qualquer falha ou erro no lançamento poderá resultar na desclassificação da proposta, tendo como justificativa o valor irrisório, erro material ou valor superior ao valor máximo;

7.2.1. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este edital não estabeleça limites mínimos;

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.4. A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, com a classificação das propostas, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado o recebimento do lance, o respectivo horário de registro e o valor consignado de cada lance (art. 24 do Decreto Federal nº 5.450/2005);

8.2. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

8.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico;

8.3.1. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

8.4. Se ocorrerem dois ou mais lances do mesmo valor, terá preferência na contratação, para todos os efeitos, aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.5. Durante o transcurso da sessão pública a licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance;

8.6. Durante a fase de lances o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

8.6.1. A reapresentação do lance em valor idêntico será interpretada como confirmação de exequibilidade do lance apresentado por parte da licitante;

8.7. O encerramento da etapa de lances será informado pelo Pregoeiro, com antecedência de 1 a 60 minutos (tempo de iminência);

8.7.1. Decorrido o prazo informado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, encerrando automaticamente a fase de lances ao final desse tempo;

8.8. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

8.8.1. Considerar-se-ão válidos todos os atos praticados até a reconexão do Pregoeiro, mesmo que esta ocorra após o encerramento da fase de lances;

8.9. Na hipótese de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste Pregão poderá ser suspensa e terá reinício após comunicação aos participantes através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

8.9.1. Não haverá suspensão do certame se a desconexão do Pregoeiro ocorrer após o lançamento do período de iminência no sistema Comprasnet;

8.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, as licitantes deverão acompanhar a etapa de Aceitação, permanecendo on-line para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores;

8.11. O Pregoeiro poderá anunciar a(s) licitante(s) vencedora(s) imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor;

8.12. No julgamento das propostas, após a etapa de lances, a classificação se dará em ordem crescente do menor para o maior preço obtido, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o **menor preço por item**, sendo aceitos lances com somente duas casas após a vírgula (centavos);

8.13. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances;

8.13.1. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação;

8.14. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

8.14.1. Por empresas brasileiras;

8.14.2. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.14.3. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação (Declaração em campo próprio do sistema **Comprasnet**);

8.15. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (Declaração em campo próprio no sistema **Comprasnet**), e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta da primeira

colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

9.1.2. Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico www.portaldatransparência.gov.br, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme artigo 3º da mencionada Lei Complementar;

9.1.3. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.1.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste subitem, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação;

10.1.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor;

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

11.1. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço** (por item), conforme definido neste Edital e seus anexos;

11.2. Concluída a etapa de lances, a(s) licitante(s) classificada(s) provisoriamente em primeiro lugar deverá (ão) encaminhar sua(s) proposta(s), adequada(s) ao último lance por ela(s) ofertado ou negociado, contendo as especificações detalhadas do objeto, no prazo máximo de **1 (uma) hora**, contada da convocação efetuada pelo Pregoeiro, com preços unitários atualizados (no máximo com duas casas - centavos);

11.2.1. Para os itens onde conste marca de referência, a licitante que ofertar produto de marca distinta daquelas sugeridas [Termo de Referência (Anexo I) e Proposta Detalhe (Anexo II)], deverá apresentar, sob pena de desclassificação, juntamente com a proposta, por meio da opção enviar anexo do sistema Comprasnet, Laudo/Relatório de análise técnica expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), atestando a realização de ensaios comparativos do material que pretende fornecer com o do sugerido para o item como “marca de referência”, de modo a comprovar o desempenho, a qualidade e a

produtividade equivalentes à marca de referência (em conformidade com Acórdãos TCU 2300/2007 - Plenário, TCU 113/2016 - Plenário e TCU 2379/2016 - Plenário);

11.2.1.1. O laudo/relatório de análise técnica não poderá ter data de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores a de início da sessão do pregão;

11.2.2. O encaminhamento dar-se-á, preferencialmente, por meio da opção "Enviar Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, de forma subsidiária e fundamentada, para o endereço eletrônico pregaoeletronico@mpms.mp.br, com posterior encaminhamento, no prazo de 3 (três) dias, do original ou cópia autenticada, para a Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS - CEP: 79.031-907;

11.2.3. Antes de encerrado o prazo estabelecido no subitem 11.2 para envio da documentação, aquele poderá ser prorrogado, por solicitação por escrito e de forma justificada pela licitante, via *e-mail* no endereço eletrônico informado no subitem 11.2.2;

11.2.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste subitem, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital e demais normas aplicáveis;

11.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à aceitabilidade do preço ofertado e à compatibilidade da proposta com as especificações do objeto;

11.3.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MPMS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, para orientar sua decisão;

11.3.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

11.3.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou total superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

11.3.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que não demonstre sua viabilidade por meio de documentação comprovando que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado, referente ao objeto deste pregão;

11.4. Não serão aceitas propostas com quantitativo diferente do total solicitado para cada item;

11.5. Será desclassificada a proposta da licitante que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro;

11.6. Serão desclassificadas as propostas e/ou excluídos os lances:

11.6.1. Que não ofertarem a totalidade do quantitativo exigido para o respectivo item ou alterarem especificações de item(itens) previsto(s) na Proposta Detalhe;

11.6.2. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos;

11.6.3. Que forem omissas;

11.6.4. Que apresentarem irregularidades insanáveis;

11.6.5. Que descumprirem preceitos normativos vigentes;

11.6.6. Que apresentarem seus preços ou estipularem qualquer condição baseados nas propostas de outras licitantes;

11.6.7. Que oferecerem preços (lance final) superiores ao valor orçado (preço máximo) ou inexequíveis, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos preços;

11.7. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação;

11.8. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

11.9. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;

11.10. Na fase de "Aceitação da Proposta", o Pregoeiro poderá solicitar à licitante vencedora a reapresentação de sua proposta comercial, caso detecte falha sanável na mesma;

11.11. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a melhor proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

11.11.1. O Pregoeiro poderá negociar com a licitante convocada, para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

11.12. Na fase de Aceitação da Proposta, caso detecte falha sanável na mesma, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a reapresentação de sua proposta comercial ou retificação via chat;

11.13. Aceita a proposta, a licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste edital;

11.14. Na hipótese de ocorrência de suspensões administrativas do certame, o Pregoeiro comunicará, via chat, data e hora para reabertura do certame.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, verificar-se-á eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;**

b) **CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU**
(Portal da Transparência do Governo Federal - www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa** do CNJ - Conselho Nacional de Justiça
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**
(www.tst.jus.br/certidao);

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

12.1.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

12.1.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

12.2. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, terá início à consulta quanto a habilitação das licitantes, de forma parcial, por meio do SICAF e da documentação complementar especificada neste edital;

12.2.1. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial

poderão, no prazo de até 2 (duas) horas da comunicação do Pregoeiro, regularizar seu cadastro via sistema SICAF 100% Digital, nos termos da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018;

12.2.2. Em caso de inviabilidade de acesso e transmissão de dados do sistema SICAF, será autorizado o envio dos documentos incompletos/desconformes nas formas previstas do subitem 12.3;

12.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, ou, na condição do subitem 12.2.2, deverão ser encaminhados/remetidos em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema do Pregão Eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas contada da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada nos moldes do subitem 12.3.2;

12.3.1. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, poderá ser utilizado, de forma extraordinária e fundamentada, após prévia autorização do Pregoeiro, o encaminhamento para o e-mail pregaoeletronico@mpms.mp.br;

12.3.2. Os documentos de Habilitação remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet (ou endereço eletrônico) deverão ser encaminhados, em original ou cópia autenticada, no prazo de **até 3 (três) dias**, ao Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul (Coordenadoria de Licitações/PGJ -Procuradoria-Geral de Justiça - MPMS), Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio, CEP 79.031-907, Campo Grande (MS), em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019
PROCESSO Nº PGJ/10/2595/2019
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
COMERCIAL
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

12.4. As licitantes deverão encaminhar também todos os documentos a seguir especificados, **sob pena de inabilitação**. Preferencialmente, que sejam apresentados na ordem sequencial aqui prevista, não sendo admitidas rasuras, entrelinhas ou corretivos:

12.4.1. **Declaração** da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (**em campo próprio do sistema Comprasnet**);

12.4.2. **Declaração** expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidade pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (**em campo próprio do sistema Comprasnet**);

12.4.3. **Declaração** de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos (**em campo próprio do sistema Comprasnet**);

12.4.4. **Declaração** de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar (**em campo próprio do sistema Comprasnet**);

12.4.5. **Declaração** da licitante de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do

art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal; **(em campo próprio do sistema Comprasnet);**

12.4.6. **Declaração** de Elaboração Independente de Proposta **(em campo próprio do sistema Comprasnet);**

12.4.7. **Declaração** da licitante de que não se enquadra nas vedações estabelecidas pelas Resoluções nº 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (alterada pela Resolução nº 172/2017), todas do Conselho Nacional do Ministério Público;

12.5. As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação, nas condições descritas adiante:

12.5.1. **Habilitação jurídica**, conforme a natureza da empresa, consistindo em:

- a) Registro de Empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

12.5.2. **Regularidade fiscal e trabalhista**, conforme o caso, consistindo em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade em relação a Fazenda Pública **Federal** (Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito, expedida pela Previdência Social ou Secretaria da Receita Federal do Brasil), admitindo-se a comprovação conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 2-10-2014, e alterações;
- d) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, conforme Lei nº 8.036/1990, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- f) Prova de regularidade em relação à Fazenda Pública **Estadual** (Certidão Negativa Tributária emitida pela Secretaria de Fazenda ou por outro órgão competente para a expedição no Estado de domicílio-sede da licitante);
- g) Prova de regularidade em relação à Fazenda Pública **Municipal** (caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei);

12.5.2.1. As certidões exigidas nas alíneas “b”, “f” e “g” deverão ser do domicílio ou sede da licitante, admitindo-se certidão única emitida em conjunto pelos órgãos estaduais ou federais mencionados;

12.5.3. **Qualificação econômico-financeira**, consistindo em:

- a) **Balanco patrimonial** do último exercício social (ou balanço de abertura para as licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigível (nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1774, de 22 de dezembro de 2017, e alterações) e apresentado na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do domicílio da empresa (ou nos Cartórios competentes, quando for o caso), que comprove a boa situação

financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a.1) Serão considerados aceitos como “na forma da lei” o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.1) Publicados em Diário Oficial; ou

a.1.2) Publicados em Jornal; ou

a.1.3) Por registro ou autenticação na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante (ou nos Cartórios competentes, quando for o caso), incluindo a hipótese de balanço patrimonial digital (transmissão eletrônica); ou

a.1.4) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial (ou Cartórios competentes) da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento;

12.5.3.1. A situação financeira da licitante será analisada e avaliada tendo por base os seguintes índices contábeis:

12.5.3.1.1. Liquidez Geral:
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

12.5.3.1.2. Liquidez Corrente:
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.5.3.1.3. Solvência Geral:
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

12.5.3.2. Será considerada habilitada, com relação à análise dos valores calculados, a licitante que obtiver resultado igual ou superior a 1 (um) na avaliação de todos os índices contábeis previstos nos subitens anteriores (12.5.3.1.1, 12.5.3.1.2 e 12.5.3.1.3);

12.5.3.3. Será considerada habilitada ainda, a licitante que apresentar resultado inferior a 1 (um) na avaliação de quaisquer dos índices contábeis previstos nos subitens 12.5.3.1.1, 12.5.3.1.2 e 12.5.3.1.3, mas que demonstre possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante;

b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.6. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes;

12.6.1. As consultas previstas na condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário;

12.7. A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

12.8. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante e/ou com indicação do número de inscrição no CNPJ;

12.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz;

12.10. Se a empresa deixar de apresentar qualquer documento exigido neste edital; apresentar documento incompleto, que não atenda integralmente às exigências do edital e seus anexos ou que esteja fora do prazo de validade; apresentar documento assinado por representante ou procurador, sem a devida comprovação da qualidade e extensão de seus

poderes de representação; ou descumprir preceitos normativos vigentes, poderá o Pregoeiro declarar a licitante inabilitada;

12.11. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei. Serão admitidos como válidos, no caso de omissão, até o prazo de **90 (noventa) dias** contados da data de suas expedições;

12.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste edital e seus anexos;

12.13. Os documentos apresentados com validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação da licitante;

12.14. Em se tratando de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação das regularidades fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.14.1. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

12.14.2. Eventual prorrogação do prazo previsto deverá ser requerida pela licitante, de forma justificada;

12.14.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.14 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas aplicáveis, e facultará à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

12.15. Deverá a licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução/entrega do objeto, expedidas pelo MPMS e a ele endereçadas;

12.16. A licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao MPMS, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;

12.16.1. Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimada a licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

12.17. No julgamento da habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

12.18. Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade;

12.18.1. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Em havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente;

12.19. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a proponente classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo seu preço registrado para o item, em razão da menor oferta, de acordo com o fixado no edital, obedecida a ordem de classificação apurada na licitação;

12.20. A licitante com preço registrado passará a ser denominada fornecedora da ata de registro de preços, após a respectiva assinatura da ata;

12.21. Na hipótese de ocorrência de suspensões administrativas do certame, o Pregoeiro comunicará, via chat, data e hora para reabertura.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarada a vencedora e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos;

13.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, sobre a intenção de recurso quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito recursal;

13.1.2. Proceder-se-á a análise da intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema;

13.1.3. Os recursos imotivados, insubsistentes ou interpostos por licitante não sucumbente, não serão conhecidos;

13.1.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em idêntico prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

13.1.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora;

13.2. As razões de recurso serão dirigidas ao Procurador-Geral de Justiça por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em até 5 dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo à Autoridade Superior, devidamente instruído, para apreciação e decisão;

13.3. Durante os prazos de recurso e contrarrazões os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Coordenadoria de Licitações/PGJ, no edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça, sito à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS;

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.5. A publicidade das decisões referentes a recursos será dada por meio do portal Comprasnet.

14. DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado da licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação formulada para esse fim;

14.2. O prazo da convocação, a critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o transcurso do prazo inicial, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração;

14.3. Na ocorrência de recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em idêntico prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada quanto aos preços oferecidos, porém sem cominações de qualquer sanção pela recusa;

14.4. Por ocasião da homologação da licitação, será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços e na forma de anexo, o registro das licitantes não desclassificadas que

aceitarem praticar preço igual ao registrado pela licitante vencedora, na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência;

14.4.1. O registro das licitantes que aceitarem praticar preço igual ao registrado pela licitante vencedora será formalizado pela Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do sistema Comprasnet (disponível em www.comprasgovernamentais.gov.br).

15. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, no Decreto nº 7.892/2013 e na Resolução nº 014/2011-PGJ, e alterações;

15.2. Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

15.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

15.4. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente efetuarem a adesão;

15.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

15.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ADJUDICATÁRIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III);

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As regras acerca do pagamento decorrente desta licitação são as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III);

17.2. A despesa relativa à execução desta licitação correrá por conta Ministério Público Estadual, Programa de Trabalho 10.07101.03.091.0004.2062.0003, Fonte 010, Natureza de Despesa 33903024.

18. DAS SANÇÕES

18.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais;

18.2. A licitante que oferecer recurso ou impugnação meramente procrastinatórios, contra atos e decisões do Pregoeiro ou da autoridade superior, seja por meio de recurso administrativo ou de ação judicial, fica, desde logo, ciente que, em caso de indeferimento do pedido, poderá ser acionada judicialmente para reparar os eventuais danos causados ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

18.3. O Ministério Público Estadual/MS poderá aplicar à licitante vencedora, ressalvada a defesa prévia e o contraditório, nos termos do artigo 81, combinado com o artigo 87, da Lei nº 8.666/1993, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total dos itens registrados pela fornecedora, na hipótese de não encaminhamento de proposta ajustada ao preço final ofertado ou recusa em assinar a ata de registro de preços;

18.4. A licitante que se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 e legislações aplicáveis;

18.5. Incorrerá nas penas e crimes pertinentes todo aquele que, imbuído de má-fé, frustrar ou fraudar o caráter competitivo e legal das licitações.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A autoridade competente do Ministério Público Estadual poderá anular ou revogar esta licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste edital e seus anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/1993, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

19.2. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/1993;

19.3. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sendo possível ao Pregoeiro solicitar pareceres técnicos, pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase do certame, se julgar necessário;

19.4. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MPMS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

19.6. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do edital, o lance é considerado proposta;

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente na Procuradoria de Justiça/MPMS;

19.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

19.9. As licitantes, após a publicação oficial deste edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública;

19.9.1. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do MPMS, sem prejuízo do disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002;

19.10. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos a licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, alegar falhas e irregularidades que o viciem;

19.11. O MPMS não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto àquele sistema;

19.12. Quaisquer informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, bem como das exigências constantes deste edital, poderão ser obtidos exclusivamente junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio das 9 (nove) às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) às 19 (dezenove) horas (no horário oficial de Brasília), em dias úteis, na sala da Coordenadoria de Licitações da Procuradoria Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS), pelo telefone (67) 3318-2145 ou ainda pelo endereço eletrônico pregaoeletronico@mpms.mp.br;

19.13. Os casos omissos serão decididos pelo Ministério Público Estadual, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993 e demais normas federais aplicáveis; segundo a Resolução nº 014/2011-PGJ, de 12 de agosto de 2011, a Resolução nº 020/2017-PGJ, de 25 de agosto de 2017, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com esta licitação, que não possam ser solucionadas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande - MS, 09 de de setembro de 2019.

Hermes Alencar de Lima
Pregoeiro/PGJ